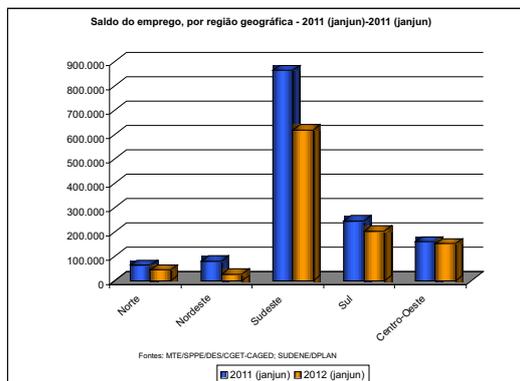


Emprego formal no Nordeste no 1º Semestre de 2012

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)¹, entre janeiro e junho de 2012, o Nordeste registrou um saldo de 27.743 novos empregos celetistas, resultado da diferença entre admissões e desligamentos. Comparado com o mesmo período de 2011, quando foram gerados 80.801 novos empregos, o dado revela uma diminuição de 65,7% na oferta de vagas.

O país e regiões seguiram a mesma tendência. O Brasil gerou 1.047.914 empregos no primeiro semestre de 2012, contra 1.414.660 em igual período de 2011 (-25,9%); o Sudeste, 619.950 contra 863.809 (-28,2%); o Sul, 203.253 contra 247.047 (-17,7%); o Centro-Oeste, 152.403 contra 159.149 (-4,2%); e o Norte, 44.565 contra 63.854 (-30,2%).

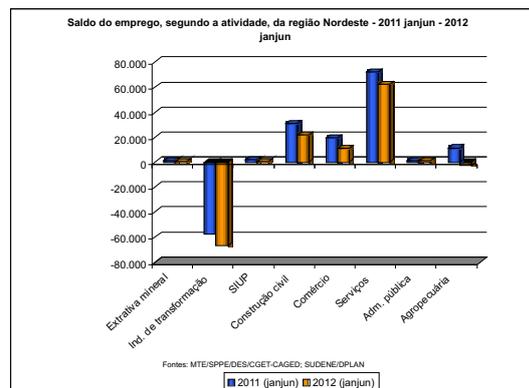


No Nordeste, as atividades que mais criaram empregos, no primeiro semestre de 2012, foram os serviços, com 62.095; construção civil, com 22.033; comércio, com 10.949; administração pública, com 1.187; extrativa mineral, com 664; e serviços industriais de utilidade pública, com 568. A agropecuária e a indústria de transformação, apresentaram saldos negativos de 2.791 e 66.962, respectivamente.

¹ O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

Os estados da região que mais geraram empregos foram: Bahia, com 30.334 novas vagas; Ceará, com 9.979; Pernambuco, com 8.750; Piauí, com 6.106; Maranhão, com 6.062; Sergipe, com 2.843; Paraíba, com 742; e Rio Grande do Norte, com 522. Alagoas perdeu 37.595 vagas.

Segundo o MTE, a situação de Alagoas deveu-se a motivos sazonais relacionados às atividades do complexo sucroalcooleiro.



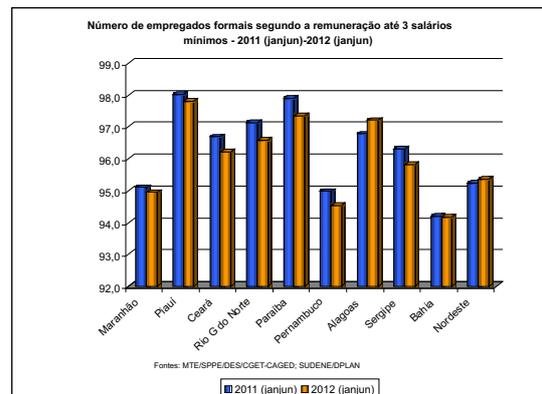
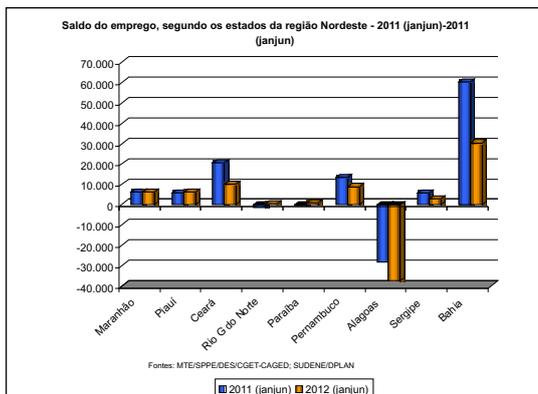
Por atividade, o emprego teve o seguinte comportamento:

Os serviços geraram 17.892 empregos em Pernambuco, 12.928 no Ceará, 10.818 na Bahia, 5.586 na Paraíba, 3.824 no Maranhão, 3.049 em Sergipe, 2.291 em Alagoas e 1.598 no Piauí.

A construção civil criou 10.963 empregos em Pernambuco, 5.606 na Bahia, 3.351 na Paraíba, 3.333 em Sergipe, 1.836 no Piauí e 975 no Rio Grande do Norte. Alagoas, Ceará e Maranhão perderam 440, 780 e 2.811 empregos, respectivamente.

O comércio criou 2.686 empregos no Maranhão, 2.675 em Pernambuco, 1.448 na Paraíba, 1.308 no Rio Grande do Norte, 1.241 na Bahia, 606 no Ceará, 369 em Sergipe, 345 no Piauí e 271 em Alagoas.

A administração pública gerou 419 empregos no Maranhão, 295 no Ceará, 152 na Paraíba, 128 em Sergipe, 119 na Bahia, 72 em Alagoas, e 33 em Pernambuco. O Rio Grande do Norte perdeu 3 empregos e o Piauí 28. Cabe lembrar que a pesquisa não contempla os empregos públicos estatutários.



Em quinto, situou-se a extrativa mineral com 333 empregos gerados na Bahia, 128 no Maranhão, 86 em Sergipe, 58 no Ceará, 48 no Piauí, 33 em Pernambuco, 4 em Alagoas e 0 na Paraíba. O Rio Grande do Norte perdeu 26 vagas nesta atividade.

Os serviços industriais de utilidade pública (distribuição de energia elétrica, gás, água e saneamento), em sexto, geraram 265 empregos em Pernambuco, 232 no Rio Grande do Norte, 231 na Paraíba, 146 no Piauí, 114 em Sergipe, 80 no Ceará e 18 em Alagoas. O Maranhão e a Bahia perderam 136 e 382 empregos, respectivamente.

Em penúltimo, a agropecuária proporcionou 9.002 novos empregos na Bahia, 1.225 no Piauí e 775 no Maranhão. Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba apresentaram saldos negativos de 466, 729, 1.151, 2.269, 3.443 e 5.635, respectivamente.

Em último, a indústria de transformação gerou 3.597 empregos na Bahia, 1.177 no Maranhão, e 936 no Piauí. Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas eliminaram 793, 2.057, 3.704, 4.391, 22.382 e 39.345 empregos, respectivamente.

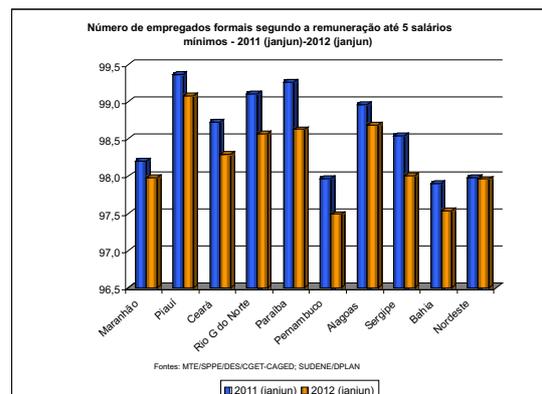
Rendimento

Neste segmento foi abordado o comportamento do rendimento, em quantidade de salários mínimos.

O conjunto de rendimento foi dividido em dois grupos. Um, referente à quantidade de empregados que auferiram até 3 salários mínimos, e o outro, referente à quantidade de empregados que auferiram até 5 salários mínimos.

Os dois grupos foram selecionados por serem os mais representativos da remuneração do emprego formal.

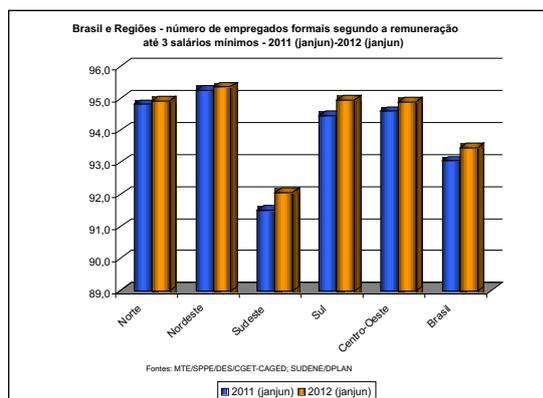
No Nordeste, as estratificações permitiram observar que no primeiro semestre de 2012, 95,4% da mão de obra formal auferiu até 3 sal. mín. contra 95,3% em igual período de 2011, e 97,96% contra 97,98% na faixa de remuneração até 5 sal. mín. no mesmo período. O primeiro estrato evoluiu 0,1% e o segundo declinou 0,02%.



Em relação aos estratos acima de 3 e 5 sal. mín. o primeiro apresentou um declínio de 2,3% e o segundo um crescimento de 1,0%, expressando uma certa reconcentração da mão de obra no estrato até 3 sal. mín. e mobilidade do estrato até 5 sal. mín. para outras faixas de maior remuneração.

Na região, a menor concentração de trabalhadores que auferiram até 3 sal. mín. foi observada na Bahia, 94,2%, e até 5 sal. mín. em Pernambuco, 97,5%. As maiores, no Piauí, com 97,8% auferindo até 3 sal. mín. e 99,1%, até 5 sal. mín.

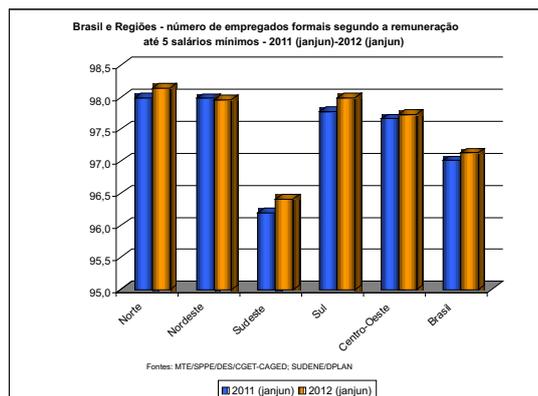
Entre o primeiro semestre de 2011 e 2012, os maiores ganhos de participação observados na faixa acima de 3 sal. mín. foram registrados na Paraíba (26,8%), Rio Grande do Norte (19,2%), Ceará (14,5%), Sergipe (13,6%), Piauí (11,1%), Pernambuco (9,0%), Maranhão (3,1%) e Bahia (0,9%). Alagoas apresentou retração de 13,4%. Na faixa acima de 5 sal. mín. os maiores ganhos de participação foram identificados na Paraíba (85,1%), Rio Grande do Norte (60,7%), Piauí (46,0%), Sergipe (36,3%), Ceará (34,6%), Alagoas (26,0%), Pernambuco (23,6%), Bahia (17,1%) e Maranhão (12,2%).



No Brasil, no primeiro semestre de 2012, 93,5% da mão de obra formal auferiu até 3 sal. mín. e, 97,1% até 5 sal. mín. Como no mesmo período de 2011, essas taxas tinham sido de 93,1% e 97,0%, respectivamente, constatou-se um aumento da concentração de 0,4% na faixa de remuneração até 3 sal. mín. e 0,1% na faixa até 5 sal. mín.

Inversamente, nas faixas acima de 3 e 5 sal. mín. as quedas foram de 5,8% e 4,0%, respectivamente.

No Sudeste, a região de menor concentração nas faixas de remuneração analisadas, 92,1% dos empregados formais auferiram até 3 sal. mín. e 96,4%, até 5 sal. mín. no primeiro semestre de 2012, contra 91,5% e 96,2%, respectivamente, no mesmo período de 2011, indicando um aumento da concentração de 0,6% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.



No Centro-Oeste, 94,9% dos trabalhadores receberam até 3 sal. mín. e 97,7%, até 5 sal. mín. no primeiro semestre de 2012, contra 94,6% e 97,7%, respectivamente, em igual período de 2011, indicando uma reconcentração de 0,3% na faixa até 3 sal. mín. e 0,1% na faixa até 5 sal. mín.

No Sul, 95,0% dos empregados receberam até 3 sal. mín. e 98,0%, até 5 sal. mín. no primeiro semestre de 2012, contra 94,4% e 97,8%, respectivamente, no mesmo período de 2011, indicando um aumento da concentração de 0,5% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

No Norte, 95,0% dos empregados receberam até 3 sal. mín. e 98,1%, até 5 sal. mín. no primeiro semestre de 2012, contra 94,8% e 98,0%, respectivamente, no mesmo período de 2011, indicando um aumento da concentração de 0,1% na faixa até 3 sal. mín. e 0,2% na faixa até 5 sal. mín.

As quedas nas faixas acima de 3 e 5 sal. mín. foram, respectivamente, de 9,0% e 9,5% no Sul; 6,4% e 5,5% no Sudeste; 5,4% e 3,0% no Centro-Oeste; e 2,1% e 7,5% no Norte.

É oportuno destacar que as variações registradas refletem os pesos de seus respectivos estratos. Os segmentos até três e cinco salários mínimos são mais significativos que os segmentos acima desses limites para que se possa afirmar que houve reconcentração ou mobilidade consistentes e sistemáticas dos níveis de remuneração. Isso só o tempo dirá.

Boletim Conjuntural

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento

Coordenação de Gestão da Informação para o Desenvolvimento

Setembro/2012

Equipe Técnica

Frederico Augusto de A. Cavalcanti (Coordenador)
José Luis Alonso da Silva (Responsável)
Anita de Cássia Teles Siqueira (Estagiária)
Audrey Raphaella M. dos Santos (Estagiária)

Revisão e Editoração
Shirley Dantas Câmara



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Dilma Vana Rousseff
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro da Integração Nacional

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente da SUDENE

Henrique Jorge Tinôco Aguiar
Diretor Substituto de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Integração Nacional

